

CONSTITUINTE

ANC P 11
GAZETA MERCANTIL
CNI avança o custo
dos direitos sociais 21 MAR 1988

por Antonio Gutierrez
de São Paulo

Uma pesquisa vai revelar o aumento dos custos que as decisões da Constituinte, na área social, vão causar às empresas. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) está ouvindo perto de 160 empresas, auxiliada pelas federações das indústrias de São Paulo (FIESP), Rio Grande do Sul (Fiergs), Rio (Fierj) e Minas (Fiemg).

Os empresários pretendem utilizar o resultado desse levantamento — que atinge todos os setores — para adotar posições em relação a alguns pontos do capítulo dos Direitos Sociais, no segundo turno de votação da Constituinte. Nessa fase, ainda será possível suprimir algumas emendas.

Em São Paulo, cerca de sessenta empresas receberam um questionário com

24 perguntas. Até a última sexta-feira, 44 haviam enviado as respostas. Algumas questões procuram levantar quantos funcionários (homens) tiveram filho, no ano passado, e quantas funcionárias pediram licença-maternidade.

E possível que a FIESP utilize dessas respostas para auxiliar o aumento médio dos custos junto à indústria paulista. O levantamento feito por esta entidade, logo após a votação do capítulo dos direitos sociais, em março último, revelava um aumento de 33% na folha de pagamento das empresas que trabalham em regime ininterrupto. Segundo aquele estudo, esse fato geraria um aumento de 12% nos preços dos produtos dessas empresas. As férias anuais causariam um aumento de custo de 2,6% e a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, de 7%.